

Com.º off.
11.º

1.ª Pellacani

I. 29, 14, 55 n.º 22 Sympo Pmo Sr
M. e Co. Lrv.

20 Maio 1814 - Palmella a Funchal

22

Conforme as instruções que recebi de V.ª, apresentei-me hontem pela manhã em casa do Barão de Amstelten, donde se reuniu a Comissão chamada de limites cujo objecto he' discutir e apertar, salva a approvação dos Plenipotenciarios respectivos, tudo quanto diz respeito aos limites futuros da Franca, a fim de facilitar a conclusão do Tratado de paz. - Achei a Comissão composta dos individuos seguintes - o Barão de Amstelten por parte da Prussia, o Barão de Weissemburg pelo Imperador de Austria, o Barão de Humboldt pela Prussia, o Conde de Munster pela Inglaterra, o Conde de Casafleres pela Espanha, e o Marquez d' Armand pela Franca. - Fui apresentado a todos, e insallado pelo Conde de Munster, e desde logo me explicação, que o trabalho da Comissão já se achava bastante adelantado, e que se reduzia a demarcar as fronteiras futuras da Franca, pois que não se pretendia actualmente mais do que, o firmarem em nome de cada hum das Potencias Aliadas hum Tratado de Paz separado com a Franca ficando todos os de mais interesses da Europa para serem discutidos

Sympo Pmo Sr
M. e Co. Lrv.

Conde de Funchal.

em hum Congresso geral que se julga devero' reunir-se
para o mez d'Agosto em Vienna. — Em

consequencia do desejo que mostrei de me informar
do que ali ahi se tinha apentado, disse-me
que para cumprir a promessa que os Alliados
tinham feito em varias Proclamações a Franca,
de augmentar o Territorio que possuia antes das
Guerras da Revolução (promessa pela qual todos
os soberanos e com especialidade o Imperador
Alexandre se julgavão ligados) tinha sido
necessario conceder-lhe alguns pequenos acres-
-cimos allem da antiga fronteira, tanto para
o lado da Provença, como pelo da Saboya, e
allem de hum pequeno districto necessario p.^{ra}
ligar a Franca de Lannan ao Territorio
Francês, e varias encravacões antigas como
Avignon e Mombelliano. — Na parte

da Saboya que se concede a Franca está
comprehendida a Cidade de Chambery, e toda
a porção mais fertil da Provincia, ficando
O Rey de Sardenha de posse das posições
Militares e passagens dos Alpes, e devendo
ser amplamente indemnizado em Italia do que
perde na Saboya. — Para o lado dos Py-
-nneos ficaram as fronteiras da Franca e da
Espanha taes quaes erão em 1792, destruindo-se
por consequencia o arranjo de limites feito
no

no Tratado de Basileia. Depois desta breve applicação procedeo-se á discussão dos pontos que ainda ficavam pendentes.

O primeiro que se tratou foi o da cessão do Paiz de Gex que se exigia da França para augmentar o territorio da Republica de Genevra que devera para o futuro ser reunida á Suiza a titulo de Cantão.

O Marquez d'Osmond mostrou a maior repugnancia em consentir n'essa cessão em compensação da qual pedia ao menos que se concedesse á França toda a margem meridional do Lago de Genevra para o Ducho de Saboya; depois de humas ventisitas discussões convieram os Plenipotenciarios Alliados em renunciar á sua pretensão sobre a totalidade do paiz de Gex, e offereceram deixar á França o forte de St. Colme e as posições militares do Jura com tanto que cedesse a favor da Republica de Genevra da porção de territorio unicamente necessaria para assegurar a sua communicação com a Suiza, e augmentar a sua população de 15 a 20 mil almas. Nestes termos se suspendeo a disputa prometendo o Marquez d'Osmond dar no dia seguinte humas respostas decisivas. O ultimo ponto que ficava segundo parece a

a discutir para acabar de trocar a fronteira
de França era relativo ao Principado de
Marrocos, e depois de humas ligeiras questões
ficou asentado que a França renunciaria
à posse absoluta d'aquelle pequeno Estado,
conservando porém o direito de pôr guarnição
na Praça e todos os demais privilegios de
que gozava antes do 1.º de Janeiro de 1792.

Em consequencia do que até-gora se tem
asentado nesta Commissão julgou os Aliados
ter concedido a França hum acrescimo pouco
mais ou menos de 500 palmos sobre o seu
antigo territorio o Commissario Francês
porém não invalida esse acrescimo a mais
de 150 p.

Procurados que foram estas questões
pelo, conforme as instrucções de V.ª, aos Com-
missarios que quizessem ouvir a leitura de
humma Nota verbal que junto por copia com
o A.ª, e que em rezumo se reduziu a tres
pontos principais, - 1.º - Offerecer a restituição
da Guizana franceza em nome de S. A. R.
O Principe Regente N.ª. com tanto que os
seus limites para o futuro fossem fixados
no Rio Oyapock cuja embocadura esta entre
o 4.º e 5.º grau de latitude septentrional. -
- 2.º - pedir como humma compensação a
intervenção

intervenção ~~na~~ da França, e das de
mais Potencias para a recuperação de Olivença
e dos districtos cedidos pelo Tratado de Badajoz.

- 3º - pedir a completa annullação dos Tratados
de Badajoz e de 1801, entre Portugal e a França
e de todas as suas estipulações politicas e
Commerciaes.

Em quanto ao 1.º e 2.º artigo disse o
Commissario francez, que pediria instrucções
para me responder amanhã. - O terceiro
foi excluido de common accordo por se julgar
que de nenhum modo pertencia á Commissão
de limites e occupar-se d'elle, e que devia ser
objecto de hum negotiatio directa entre
Portugal e a França. - Em quanto á
restituição de Olivença, o Commissario Espra-
nhol disse que se achava sem instrucções
para responder, porem que amanhã
o faria; observou-se tambem que esse
ponto não pertencia ao Tratado que hia
a fazer-se agora entre Portugal e França;
mas que devia negociar-se no Congresso Geral;
a isto respondi que não se pertenceria desde
já estipular esse artigo, mas sim reclamar
a intervenção, e prometter dos bons officios
de todos os Soberanos, pois que seria muito
duro o principiar-mos por ceder a nossa

a nossa Conquista sem termos a certeza de tornar
a adquirir o que contra toda a justiça ti-
vemos sido obrigados a ceder pelo Tratado
de Badajoz. Estas Provisões e varias
outras que acrescentei parecerão ser bem
aceitas pelos Commissarios, e deste modo se
concluiu a Separação de que junto o Protocolo
que todos assinamos e leva o N.º 2.

Deos Guarde a V.ª muitos annos.
Paris 20 de Maio de 1812. —

Conde de Palmella

Mons Le Marquis d'Ormond ayant été requis par les Plénipotentiaires respectifs d'apposer son suffrage aux articles qui ont été discutés jusqu'à ce jour a déclaré:—

1.^o Qu'il désirait que la rédaction définitive des articles en question fut remise à demain. —

2.^o Qu'il ne provoquait point de difficulté sur leur contenu en général. —

3.^o Les Plénipotentiaires ayant déclaré qu'ils renonçaient à la demande du Canton de Colonges M^{rs} Le Marquis d'Ormond a témoigné vouloir comprendre dans cette renonciation tout le pays de Gex et ne pouvoir point continuer les négociations à cet égard sans avoir pris de nouvelles instructions. —

Finalement M^{rs} Le Comte de Palmetta ayant remis une Note verbale relative à la restitution de la Guyane Française sous de certaines réserves, et au rétablissement des frontières entre l'Espagne et le Portugal en Europe telles qu'elles étaient avant la paix de Badajoz.

M^{rs}

M. Le Marquis d'Osmond après ces
questions est referendum. -

Le present protocole a été signé dans
la Conférence d'aujourd'hui à Paris le 20
Moi 1844. 

(Signé)

Séance Samedi 21 Mai 1814
Commission de Limites

24

La séance du 21 Mai a été reprise à la proposition faite la veille par M. Le Comte de Palmella.

M. Le Marquis d'Amont a déclaré en réponse que le Gouvernement Français était disposé à adopter pour limites entre la Guyane Française et les établissements Portugais la Rivière connue sous le nom de Vincent Pincon - M. Le Comte de Palmella a objecté que se serait laisser la question dans le même vague, et que ses instructions portaient expressément de demander pour limite la rivière qui coule entre le 4^e et 5^e degré de latitude Nord. - Il a ajouté qu'en faisant la proposition de la retrocession de la Guyane Française son Gov^t. entendait lier cet acte avec l'admission des réclamations pécuniaires aux quelles il croit avoir droit. - La Commission estime qu'une question qui par sa nature est compliquée - avec une autre entièrement étrangère à son travail ne peut être traitée que directement entre les deux Gouvernements.

Quant à la restitution d'Ouverca et des districts sur la rive gauche du Guadiana le Gouvernement Français a jugé que c'était une question qui devait être traitée dans le

Le Congrès Général, Le G^{te} de Palmella a répliqué
qu'il avait pour instructions de ne point se
-poser cette question de celle de la retrocession
de la Guyane Française. M.
Le Comte de Camille n'ayant